

Claudia Wasserman – Texto para leitura

Em 20/03/13

I – OS INTELECTUAIS BRASILEIROS NOS ANOS 1960 E O GRUPO DE BRASÍLIA.

O objetivo desta pesquisa foi acompanhar a trajetória de um grupo de autores brasileiros, com atividade política intensa, cuja produção intelectual localizou-se no período entre os anos 1960 e 1970 e que tiveram o materialismo histórico como embasamento teórico. Alguns destes intelectuais, na maior parte economistas, sociólogos e cientistas políticos, trabalhavam nas Universidades, em Centros de Pesquisa e Institutos de estudos e de investigação social. Sua preocupação principal era explicar o país e suas dificuldades, tentando encontrar, através de suas interpretações, as possíveis saídas para resolução dos problemas do país. Neste sentido, elaboraram diagnósticos e construíram projetos para o Brasil. Deveriam ser reconhecidos como “Intérpretes do Brasil”¹, ainda que nem todos tenham sido assim distinguidos até hoje. A maior parte destes intelectuais iniciou sua trajetória na Universidade de Brasília, congregados em torno do projeto desenvolvido por Darcy Ribeiro para a mesma. Foram vítimas do Golpe de 1964 e forçados ao exílio; reuniram-se no Chile e no México e continuaram pensando alternativas para o Brasil. Com a anistia, voltaram para o país, tendo bastante dificuldade de recuperar os postos anteriores, bem como suas antigas atividades profissionais e intelectuais.

Quando André Gunder Frank faleceu, em 2005, Theotônio dos Santos fez um comentário para homenagear o antigo professor, que resume assim o percurso deste grupo: “Em seu seminário [de André Gunder Frank], estávamos eu, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, que seríamos posteriormente consagrados como a corrente radical da teoria da dependência. Discutimos muito o tempo todo. Mas não há dúvida de que

¹ O “Intérprete do Brasil” pode ser definido como um intelectual envolvido politicamente, que tinha objetivo de diagnosticar a situação do país, através da interpretação da sua história e de seu povo, propondo soluções para os problemas detectados e atuando ativamente para execução de suas propostas. De acordo com José Carlos Reis, no livro “As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC”, “...os intérpretes do Brasil valorizam o espaço da experiência brasileira, o que o Brasil já foi e ainda é, ora valorizam o horizonte de espera, o que o Brasil quer ser e ainda não é. ... A partir de certas crises, rupturas, mudanças bruscas, as interpretações conhecidas envelhecem e são ou substituídas por outras ou recriadas” (2000, p. 15). Mesmo reconhecendo a possibilidade de que as “interpretações” dos autores selecionados para esta pesquisa tenham “envelhecido”, não se justifica que a sua contribuição para o diagnóstico e a solução dos problemas do país daquela época tenha sido menosprezada ou esquecida.

assumimos um compromisso intelectual e político comum que durou toda uma vida, através de dois exílios políticos do Brasil ao Chile e do Chile ao exterior. E, em nosso caso, numa anistia que nos lançou a um Brasil profundamente comprometido com o capital financeiro internacional.” (2005: 1) “Exilado no Chile, como nós, André se incorporou em 1967 ao Centro de Estudos Sócio-econômicos (CESO) da Faculdade de Economia que eu dirigi. Aí estavam, outra vez, Ruy e Vania, o que nos permitiu realizar muitos trabalhos conjuntos.” (2005: 2) “O golpe no Chile destruiu o CESO e nos dispersou outra vez. Eu e Vania fomos para o México, onde fomos recebidos com uma solidariedade comovedora. Andre e Ruy foram, inicialmente, para a Alemanha. Ruy veio posteriormente para o México e se incorporou ao Doutorado de Economia da UNAM que eu dirigia. Frank iniciou um périplo pelo mundo, terminando por um bom período na Holanda, onde se aposentou.” (2005: 2)

Outro depoimento interessante destes encontros é fornecido por Ruy Mauro em suas “Memórias” produzidas em 1987, “como exigência acadêmica” para a sua reintegração à Universidade de Brasília: “Ali estavam grandes amigos meus, como Vânia e Theotônio, junto a uma vasta colônia de exilados brasileiros, que enquanto estive no Chile, contou, em momentos diversos, com Darcy Ribeiro, Almino Afonso, Guy de Almeida, José Maria Rabelo, Maria da Conceição Tavares; em pouco tempo, eu faria novas amizades entre os chilenos e hispano-americanos, como Tomás Vasconi, Inés Reca, Pío García, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Aníbal Quijano, reencontrando também Andre Gunder Frank, que lecionava na Universidade do Chile, e sua esposa, Marta Fuentes” (Memória: p. 16 e 17).

Na correspondência de André Gunder Frank, encontrei a seguinte informação a respeito do grupo: “Na Universidade de Brasília, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e sua mulher Vânia Bambirra eram meus alunos; e Marta era aluna de Vânia. Nenhum de nós tinha ainda pensado no que viria a se transformar a nossa Teoria da Dependência. É claro que tampouco podíamos saber que a América Latina e o nosso envolvimento político iriam, mais tarde, abranger nossas trajetórias pessoais, intelectuais e políticas.”² (Gunder Frank, *Autobiographical Essays*).

² “At the University of Brasilia, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, and his wife Vania Bambirra were my students; and Marta was Vania's. None of us had yet thought of what would become our dependence theory. Of course, neither could we then know how Latin American and our political developments would later entangle our personal, intellectual and political paths.”

Os extratos autobiográficos de alguns destes intelectuais, consagrados como “a corrente radical da Teoria da Dependência”, me permitiram selecionar para este trabalho de pesquisa o “núcleo duro” do grupo: André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. A escolha destes autores não é fortuita e não se deve apenas as suas memórias afetivas, inclusive porque muitos outros nomes aparecem ao longo destes depoimentos. A opção se deve, sobretudo porque estes autores foram aqueles que, nos anos 1960 e 1970, disputaram, com maior intensidade, o significado dos conceitos de dependência e de desenvolvimento, contrariando e se opondo as demais correntes de interpretação presentes no cenário intelectual brasileiro e latino-americano da época.

A análise de grupos intelectuais requer alguns cuidados metodológicos específicos, visto que para a interpretação de grandes grupos sociais, tais como classes e setores profissionais, a história já possui métodos consagrados a sua disposição. Neste caso, trata-se da análise de um pequeno grupo de amigos, geograficamente localizado, que estudaram na mesma escola e que tiveram a experiência do exílio e do retorno, tudo isto mais ou menos simultaneamente. Por isso, por estarem sempre juntos, trabalhando, se ajudando, discutindo os problemas do Brasil e militando nas mesmas organizações políticas, seus oponentes atribuíram ao grupo certo ponto de vista, da mesma forma que eles próprios construíram visões sobre o grupo. Metodologicamente, será necessário, portanto, ir além das concepções construídas pelo próprio grupo acerca de seu papel no contexto político e intelectual da época e, ao mesmo tempo, superar alguns pontos de vista sobre o grupo, construídos pelos seus oponentes.

Embora admitindo dificuldades metodológicas, concordo com Raymond Williams acerca da oportunidade de analisar grupos pequenos, neste caso um grupo de intelectuais: “O grupo, o movimento, o círculo, a tendência parecem ou muito marginais ou muito pequenos ou muito efêmeros para exigir uma análise histórica ou social. Entretanto, sua importância como um fato social e cultural geral, (...), é grande: naquilo que eles realizaram, e no que seus modos de realização podem nos dizer sobre a sociedade com as quais eles estabelecem relações, de certo modo, indefinidas, ambíguas.” (1999: 140).

O grupo formado por Marini, Gunder Frank, Bambirra e Santos desenvolveu um forte antagonismo em relação aos significados hegemônicos e freqüentes atribuídos ao desenvolvimento capitalista no Brasil e às possibilidades de superar a dependência. Este antagonismo foi o principal fator definidor de sua aliança. Por isso se reuniram e, pelo

mesmo motivo, foram agrupados pelos seus oponentes como um só grupo. Ainda assim, mesmo que o objetivo desta pesquisa seja investigar a trajetória do grupo, a análise de cada indivíduo particular poderá revelar especificidades intelectuais que somente podem ser identificadas pela interpretação de seus textos e a partir de seus debates internos. Por causa da oposição que sustentaram em relação ao pensamento hegemônico, acabaram se reunindo e sendo identificados como uma corrente de pensamento, mas também deverão ser analisados individualmente a partir de suas idiossincrasias pessoais e as diferenças com os demais membros do grupo.

Meu objetivo é percorrer o mesmo itinerário destes escritores para entender o significado desta aliança e de suas especificidades. Interessa-me, sobretudo, compreender a sociedade, a qual eles se auto-atribuíam a capacidade de entender e de transformar. Quero também saber por que estes intelectuais tiveram dificuldades de reintegração depois da anistia, já que aqueles que se sentiram política e ideologicamente ameaçados pelo seu “marxismo radical” estavam supostamente retirando-se da vida pública. É possível que as disputas em torno dos temas desenvolvimento e dependência, anteriores ao Golpe de 1964, ainda estivessem vigentes após a redemocratização e que a “corrente radical da Teoria da Dependência” ainda representasse uma ameaça ao pensamento hegemônico a respeito do desenvolvimento capitalista no Brasil ³.

Imersos em um ambiente nacional-desenvolvimentista nos anos 1960, os críticos radicais das teorias da modernização, voltaram a um país que, no início dos anos 1980, já estava impregnado de idéias ostensivamente neoliberais ⁴. O contexto brasileiro

³ Outras hipóteses para a dificuldade de reintegração do grupo depois da anistia, bem como para o escasso reconhecimento que receberam as teorias por eles desenvolvidas, podem estar relacionadas ao tipo de engajamento político que eles estabeleceram a partir do golpe, à manutenção de posições revolucionárias em um ambiente de redemocratização conservadora e liberal nos anos 1980, à adesão ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), mais precisamente ao “brizolismo”, em um ambiente político dominado pela “nova esquerda” do PT e pela social-democracia do PSDB. Também é possível que os intelectuais, personagens deste estudo, não tenham se conectado aos processos de atualização e renovação teórico e metodológico experimentados pelas ciências sociais brasileiras nos anos 1980. Ao longo da pesquisa, todas estas hipóteses deverão ser examinadas a luz da história de sua trajetória, evidenciada pelas fontes e por entrevistas, bem como a partir da sua produção intelectual.

⁴ Ainda que as práticas ligadas ao neoliberalismo somente tenham se consolidado no Brasil a partir do governo de Fernando Collor de Melo, as idéias do Consenso de Washington já eram correntes em toda a América Latina, sobretudo no Chile, onde foram aplicadas pelo governo ditatorial de Augusto Pinochet. No Brasil, o governo de José Sarney já apresentou medidas fortemente marcadas pelo neoliberalismo. Mas, antes disso, já existiam economistas e intelectuais brasileiros, tais como Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões, que defendiam o neoliberalismo e exerciam forte influência em instituições de pesquisa e acadêmicas, tais como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Universidade do Brasil (depois UFRJ) e o Conselho Nacional de Economia (CNE). Para mais detalhes sobre este viés do pensamento econômico brasileiro ver Bielschowsky, 2000, p. 37-76.

anterior ao Golpe, posterior à redemocratização e os ambientes que eles encontraram no México e no Chile também deverão ser examinados para entender melhor esta trajetória.

André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos Júnior e Vânia Bambirra nasceram por volta dos anos 1930. Formaram, possivelmente, a última geração de intelectuais explicitamente ligados à esfera pública. Gente que, segundo Emir Sader: “Seguia escrevendo ensaios elegantes para pequenas revistas, em linguagem acessível à ampla comunidade intelectual. O peso do academicismo só se fez notar fortemente na geração nascida depois de 1940.”. (2005: 159). Esta observação de Sader, no artigo intitulado *Nós que amávamos tanto o capital - fragmentos para a história de uma geração*, também pode ser considerada autobiográfica, embora ele tenha nascido em 1943. O tema foi abordado igualmente pelo norte-americano Russel Jacoby, cuja pesquisa trata dos “últimos intelectuais” dos Estados Unidos, desaparecimento que, segundo Jacoby, deveu-se a três fatores: “a reestruturação das cidades, o desaparecimento da boêmia e a expansão da universidade” (1987: 18).

Vítimas da profissionalização, da especialização excessiva, da segurança da vida acadêmica, da construção de campus longe dos centros urbanos e da divisão, cada vez mais acentuada, das ciências sociais, os intelectuais ligados à vida pública e preocupados em intervir nos assuntos da sociedade cedem lugar aos “docentes” que “negligenciam os problemas políticos essenciais” (Sader: 2005: 160) e ainda que, muitos deles, continuassem possuindo uma posição política radical e de esquerda, suas atitudes e sua produção intelectual não refletiam mais isto ⁵.

A trajetória dos autores aqui pesquisados responde igualmente a estas mudanças no papel do intelectual entre os anos 1960 e os anos 1980. Mudaram os intelectuais, as sociedades latino-americana e brasileira, e as instituições que abrigavam estes pensadores e cientistas sociais. De acordo com Paulo d’Ávila Filho, “O rumo dos acontecimentos fez esmaecer o brilho da contribuição de vários intelectuais, (...), nos fazendo crer que suas aspirações jazem sepultadas.” (2009: 9). Um dos objetivos deste

⁵ Evidentemente existem intelectuais, alguns dos quais docentes universitários, preocupados com os problemas da sociedade brasileira e, muitos deles, explicitamente engajados em partidos e organizações políticas. No entanto, houve, manifestamente, uma mudança no perfil dos intelectuais dedicados às ciências sociais no país. A profissionalização e as sistemáticas avaliações e cobranças as quais estão submetidos estes profissionais esmaece a sua participação política ou relega esta atividade a um plano secundário de suas vidas. Por causa destas mudanças no perfil do intelectual entre os anos 1960 e os anos 1980, é possível ainda que os intelectuais, personagens desta pesquisa, tenham sofrido uma “inadequação comportamental” – pensavam voltar a um país e à Universidades que já não existiam mais. Mas esta é mais uma possibilidade a ser averiguada no que se refere ao retorno, depois da anistia.

trabalho é resgatar, além do “brilho da contribuição”, as aspirações políticas destes intelectuais, algumas das quais persistem como metas da sociedade brasileira.

Quando iniciou a trajetória intelectual destes autores, no início dos anos 1960, na recém fundada Universidade de Brasília (UnB), prevalecia a figura do intelectual engajado, que buscava uma ligação com o povo e sentia-se dilacerado pelas contradições da sociedade capitalista, indignado com a desigualdade social e com o subdesenvolvimento, disposto a utilizar sua caneta como arma de transformação.

O início de um percurso –

Andréas Gunder Frank foi convidado por Darcy Ribeiro para lecionar na recém fundada Universidade de Brasília (UnB) em 1962. Frank nasceu em Berlim, em 1929, mas deixou o país aos quatro anos, com seu pai, que fugia do nazismo. Aos 11 anos, fixou residência nos Estados Unidos e cursou economia em uma escola da Pensilvânia. O doutorado em economia foi realizado em Chicago, onde, apesar de ser ótimo aluno, foi convidado a se retirar por incompatibilidade com as teses do grupo hegemônico na *Escola*, liderado por Milton Friedman. Desde 1960, Andréas Gunder Frank passou a viajar pelo Terceiro Mundo. Gunder Frank chegou ao Brasil em uma época que, “o país estava irreconhecivelmente inteligente”⁶.

Conectadas com o desenvolvimento econômico do Brasil, as atividades culturais e intelectuais tiveram grande estímulo a partir dos anos 1950. O processo de industrialização ganhou impulso, concorrendo para uma urbanização acelerada, para o aumento do êxodo rural, acompanhado do crescimento do proletariado e pela necessidade de explicar estas transformações. O alvo econômico do governo Vargas (1951-1954) era a remoção dos obstáculos ao crescimento. Almejava investir em energia elétrica, transportes, comunicações e petróleo. O início da produção de aço pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), abriu perspectivas para o desenvolvimento industrial do país, já que o aço constitui a matriz para vários ramos ou tipos de indústria. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), criado em 1952, impulsionou grandes empreendimentos industriais e obras de infra-estrutura. O vislumbamento de que o país poderia superar a condição de periferia, foi acompanhado de perspectivas intelectuais otimistas. Estas previsões de progresso eram comuns em vários países latino-americanos, entre os quais o Brasil, o Chile, a Argentina e o México.

A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) havia sido constituída em 1948, a partir destas expectativas. No Brasil foram criados, em 1952, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e, mais tarde, em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ambos com objetivo de discutir e projetar os rumos do desenvolvimento nacional. De outra parte, o Partido Comunista do Brasil (PCB) fundara em 1954, a Liga de Emancipação Nacional, para dar unidade as diversas manifestações de defesa da soberania nacional e de luta antiimperialista no

⁶ Roberto Schwarz, citado por HOLLANDA, 1982: 8.

Brasil. Não eram as Universidades os lugares que preferencialmente abrigavam os intérpretes do Brasil. Os antecedentes diretos das interpretações do capitalismo brasileiro haviam sido fornecidos por intelectuais não acadêmicos, ligados ao PCB, como Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Jr., entre outros. O debate entre nacionalistas, de um lado, entreguistas, de outro, e a prédica antiimperialista formavam o contexto intelectual que André Gunder Frank testemunhou ao chegar ao Brasil. Estas polêmicas tinham raízes no contexto de definição dos rumos do desenvolvimento econômico brasileiro.

A Universidade de Brasília, fundada em 21 de abril de 1962, representou uma inovação ao abrigar intelectuais de esquerda, politicamente atuantes. O educador Anísio Teixeira foi o idealizador e fundador da UnB, e seu discípulo, o antropólogo Darcy Ribeiro foi o primeiro reitor da Universidade. Eles sonhavam com uma instituição voltada para as transformações, diferente do modelo tradicional. Juridicamente concebida como uma fundação, a UnB ampliava a independência em relação ao Estado. Sua organização estava baseada em departamentos e institutos, ao invés da cátedra⁷ e da faculdade, próprias da universidade tradicional; o projeto pedagógico privilegiava o trabalho docente em equipe, a relação ensino-pesquisa e dava estímulo à realização de cursos livres, debates e seminários e à abertura de cursos de pós-graduação. Sua concepção da relação universidade-sociedade, que a levava a abrir-se ao exterior, promovendo cursos de extensão e, inclusive, de formação profissional e capacitação sindical, constituíam outro diferencial da instituição que abrigava intelectuais comprometidos em compreender e projetar as transformações que o país sofria naquela metade de século.

O encontro de André Gunder Frank, com Marini, Bamberger e Santos ocorreu na UnB, em 1963. Nesta época, os pós-graduandos e professores da instituição, entre os quais estavam Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Luís Fernando Victor, Teodoro Lamounier, Albertino Rodriguez, Perseu Abramo e Vania Bamberger, iniciaram um seminário permanente de leitura de *O Capital*. Procuravam aplicar as análises de Karl Marx à interpretação do desenvolvimento histórico latino-americano. Nesta mesma

⁷ Os princípios do regime de cátedra-propriedade possuem influências centenárias, como a da Universidade de Coimbra, por exemplo. A universidade latino-americana se desenvolveu influenciada pelo sistema europeu e, sobretudo, ibérico. O antigo catedrático configurava-se como proprietário absoluto que conservava sob sua tutela um domínio do saber, tal como um senhor feudal. As cátedras eram ocupadas por docentes de modo permanente. Eles decidiam a respeito dos professores assistentes e alguns tinham uma relação de senhores feudais com as áreas de conhecimento que ocupavam. Foi contra este sistema que Darcy Ribeiro se insurgiu, classificando-o como “loteamento do saber em províncias vitalícias, outorgáveis através de certos procedimentos de seleção”. (Citado por Riedel, 1985).

época, os grupos de leitura de *O Capital* disseminaram-se nas Universidades brasileiras e no mundo todo. Um dos grupos mais referidos no Brasil foi organizado pelo filósofo José Arthur Giannotti, na Universidade de São Paulo (USP), a partir de 1958 e reuniu, em uma primeira edição, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Francisco Weffort e outras importantes figuras da escola sociológica paulista. De acordo com as memórias de Roberto Schwarz, que participou em uma versão posterior de encontros deste grupo, “na época os círculos de leitura de Marx se multiplicaram em todo o mundo, uma ‘coincidência’ que vale a pena examinar.” (1995: 2).

As leituras marxistas, sobretudo de *O Capital*, foram impulsionadas por uma conjuntura de crítica ao capitalismo, mas responderam, em geral à necessidade de afrontar as atrocidades cometidas por Stálin na URSS e recuperar o prestígio da esquerda no campo intelectual; ao impacto da Revolução Cubana que confrontava as teses do marxismo oficial dos Partidos Comunistas e sua confiança na aliança com uma suposta “burguesia progressista”, à necessidade de explicar os movimentos urbanos e rurais que ameaçavam o edifício nacional-desenvolvimentista e populista nesta parte subdesenvolvida do planeta e, finalmente, respondia a uma necessidade de “transformar o mundo acadêmico em um espaço de crítica permanente, marcado por uma concepção científica superior” (Schwarz: 1995, 4). Os grupos de leitura de Marx pretendiam se diferenciar de uma tradição intelectual ensaísta e não fundamentada, necessariamente, em teorias gerais que corroborassem a análise empírica.

O grupo brasiliense permaneceu na sombra, assim como outros grupos de leitura em vários Estados periféricos do país, enquanto o grupo uspiano se sobressaiu e tem até hoje bastante visibilidade, ainda que a maior parte dos “paulistas” tenha feito, segundo um editorial não assinado da Revista *Marxismo e História*, “um pouco mais do que estudar o livro, passando posteriormente ao papel de intelectuais orgânicos do capital.” (GETTHI-Marx, 2007: 2). Sader chega a referir o grupo paulista como encastelados em uma “torre de marfim”, em função de sua equidistância “diante do enfrentamento entre o governo Jango e a direita” (2005: 174).

O debate acerca da contribuição de cada grupo geograficamente localizado de intelectuais marxistas, dedicados à leitura e à disseminação de Karl Marx e dos demais clássicos, prossegue nas “memórias” de Schwarz, publicadas no jornal Folha de S. Paulo em 1995, e de Sader, publicadas pela Revista Praga, em 1996⁸. São acusações

⁸ A versão que possuo do artigo está reproduzido na Revista Sociologias, conforme consta na bibliografia. Por isso, as referências ao texto serão feitas a partir desta versão.

mútuas que referem o “provincianismo dos paulistas”, a “promiscuidade dos cariocas com o nacional-desenvolvimentismo”, o “desprezo dos paulistas pela falta de rigor dos intelectuais cariocas”, a “versão simplista dos paulistas”, entre outras insinuações e críticas (Sader, 2005; Schwarz, 1995) ⁹. Seja como for, Sader observa com propriedade que “A versão simplista dos Paulistas não dava conta (...) dos autores introduzidos por comunistas cariocas (...) Tampouco fazia justiça aos projetos universitários pioneiros de Darcy Ribeiro, iniciados com a Fundação da Universidade de Brasília e que teriam continuidade com outra Universidade piloto no ABC Paulista.” (2005: 174).

Os debates de Schwarz e Sader giram em torno dos aportes dos grupos do sudeste do país: um localizado na USP, em São Paulo, e o outro, no PCB e no ISEB, no Rio de Janeiro e, portanto, estes dois últimos, fora do meio acadêmico. Segundo Pureza (2004: 3-5), tratava-se de uma disputa entre *marxistas acadêmicos* e *marxistas partidários*, exemplificada na luta de espaço e de afirmação intelectual travada entre a intelectualidade uspiana e werneckiana.

De fato, nestas interpretações e nos depoimentos dos que fizeram parte de um ou outro grupo, o aporte específico e original da chamada “corrente radical da Teoria da Dependência” foi, em geral, menosprezado. Sader (2005) teve a preocupação de mencionar a polêmica ocorrida em 1979, entre Fernando Henrique Cardoso/José Serra e Ruy Mauro Marini, revelando a importância desta corrente nas disputas pela definição dos rumos do capitalismo brasileiro. Mesmo assim, tudo indica que o grupo de Brasília foi vencido política e intelectualmente, a julgar pela omissão destes autores na plêiade dos “Intérpretes do Brasil” ¹⁰. Entender a trajetória desta “derrota” pode nos esclarecer muito sobre os problemas atuais do Brasil.

⁹ É bom mencionar que os textos de Roberto Schwarz e de Emir Sader foram escritos no contexto da eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República em 1995 e, neste sentido, disputavam a contribuição do mesmo para a interpretação da economia e da sociedade brasileiras. Sendo o artigo do primeiro mais laudatório em relação aos aportes de Cardoso e o artigo de Sader mais crítico.

¹⁰ As palavras de Luis Buñuel nos ajudam a esclarecer as omissões: ... *a memória, indispensável e portentosa, é também frágil e vulnerável. Não está ameaçada somente pelo esquecimento, seu velho inimigo, mas também pelas falsas recordações que vão invadindo-a dia após dia ...a memória é invadida constantemente pela a imaginação e fantasia, e dado que existe a tentação de acreditar na realidade do imaginário, acabamos por fazer uma verdade da nossa mentira...* Alguns livros de história do Brasil que deveriam ter mencionado estes autores e as disputas teóricas e políticas nos quais se envolveram, mas que ignoraram a sua existência são coletâneas destinadas a realizar um mapeamento do ambiente da esquerda e do marxismo brasileiros no século XX, entre as quais eu destacaria *As Esquerda no Brasil*, organizada por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, e *História do Marxismo no Brasil*, organizados por João Quartim de Moraes, Marcos del Royo, Daniel Aarão Reis Filho e Marcos Ridenti.

O grupo que iniciou sua trajetória na Universidade de Brasília tinha origem acadêmica variada. Gunder Frank havia realizado seus estudos superiores completos em Universidades norte-americanas, com destaque para Escola de Chicago; Ruy Mauro Marini nasceu em Barbacena (MG), mas realizou a graduação em Administração Pública, na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAPE), uma divisão da Fundação Getúlio Vargas, e realizou uma “complementação” de dois anos no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris (*SciencesPo*); Theotônio dos Santos também nasceu em Minas Gerais, em Carangola, e estudou no Curso de Sociologia, Política e Administração Pública, na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Vânia Bambirra é graduada em Ciência Política, igualmente pela UFMG. Os três fizeram Mestrado em Ciência Política, em Brasília, onde então, Gunder Frank ministrava seus cursos, convidado por Darcy Ribeiro, que almejava aumentar na UnB a densidade de docentes qualificados (com título de Doutorado).

Um desafio desta pesquisa é descobrir se alguma das idéias e das atividades compartilhadas entre estas personagens foram elementos de seu “vínculo” e se contribuíram diretamente para sua formação e distinção como grupo. Caberá perguntar se existiu algo sobre a forma como eles se vincularam que indicasse fatores sociais e culturais mais abrangentes.

Estas perguntas se justificam porque tanto em depoimentos dos anos 1960/70, quanto em depoimentos posteriores, muitos outros intelectuais são mencionados, tanto na UnB, quanto no CESO, CEI (Colmex) e CELA (Unam), mas quando se trata dos autores deste estudo, eles sempre aparecem agrupados, dificilmente são citados isoladamente. O que sugere que existia algo mais do que afinidade intelectual, amizade, coincidência de percurso etc.

Williams (1999: 142) recomenda “levar em consideração não apenas as idéias e atividades manifestas, mas também as idéias e posições que estão implícitas (...) uma vez que os conceitos aos quais tais grupos são referidos pertencem, essencialmente, às definições e perspectivas dos próprios grupos” e, eu acrescentaria, de seus oponentes.

Estes conceitos atribuídos ou auto-atribuídos, como é o caso da definição “corrente radical da teoria da dependência” podem implicar em circularidade ou em obscurecimento. Obscurecimento do que o grupo realmente era e o que representava social e intelectualmente. Particularmente, neste caso, a definição “corrente radical da

teoria da dependência”¹¹ é circular e, ao mesmo tempo, obscurece a importância do grupo porque é resultado da derrota política e intelectual do mesmo. Por não serem considerados os fundadores da Teoria da Dependência¹², eles aceitaram a alcunha “radicais” e assim passaram a se autodenominar. Ao mesmo tempo, a palavra *radical* carrega um significado pejorativo na luta política brasileira, sempre enaltecida como positivamente conciliadora.

Igualmente, as categorias criadas por estes autores para explicar o desenvolvimento capitalista no Brasil, tais como subimperialismo, super-exploração do trabalho, desenvolvimento do subdesenvolvimento, entre outras, foram superadas, sobretudo porque respondiam aos propósitos políticos de seus criadores. Embora os objetivos políticos tenham sido derrotados, o mesmo não se pode afirmar acerca da capacidade que essas categorias tinham ou ainda têm de explicar a realidade brasileira. Mas, depois da derrota política do grupo, suas categorias de análise foram menosprezadas e às vezes foram substituídas por outras, mais eufemistas, que servem para explicar as mesmas coisas.

A minha hipótese é de que as definições atribuídas ou auto-atribuídas ao grupo obscureceram principalmente a profundidade do latino-americanismo destes autores que foram mais capazes do que outros intelectuais, na mesma época, de pensar além do âmbito do Estado Nacional, ao passo que seus oponentes quiseram reafirmar a idéia de um Brasil diferente dos vizinhos, mais potente e com maior capacidade de superar a dependência que os demais e, sobretudo sem eles¹³.

O que os tornou latino-americanistas não foi apenas o périplo latino-americano (isto muitos outros fizeram também), mas foram as influências teóricas, as posições políticas, entre outros fatores que serão analisados ao longo desta história.

¹¹ Investigar quem denominou o grupo como “corrente radical da Teoria da Dependência” será um dos objetivos do estudo. Suponho que Agustín Cueva teve um papel importante para a consolidação desta denominação, ao iniciar uma polêmica com o grupo, publicada no livro *Teoria Social y Procesos Políticos em América Latina*, de 1979. Ao mesmo tempo, me proponho a explicar porque e quando eles próprios passaram a se denominar como “radicais” em artigos, entrevistas, etc. Ainda é bom ressaltar outras denominações atribuídas pelos seus outros oponentes, que serão examinadas ao longo da trajetória do grupo.

¹² Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto foram considerados os fundadores da Teoria da Dependência a partir da divulgação do livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicado pela primeira vez em 1970.

¹³ Um exemplo desta derrota, e de como prevaleceu a idéia de “Brasil-Potência”, foi a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso. Tal política procurava situar o Brasil como potência regional, afastada do discurso terceiro-mundista e almejando proeminência global por meio da liderança na região e buscando aproximação com os países desenvolvidos.